

# História, ambiente e turismo: da caça à preservação da Baleia Franca em Garopaba e Imbituba - SC<sup>1</sup>

Daniel JERÔNIMO<sup>2</sup>  
Edison P. BALOD<sup>3</sup>  
Rosa N. T. JERÔNIMO<sup>4</sup>

## Resumo

Esta pesquisa estudou a história documentada e as memórias de ex-trabalhadores e um ex-gestor em Imbituba e Garopaba referentes à caça e à preservação da Baleia Franca no sul de Santa Catarina e a interface com a história ambiental e o turismo. A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica e de campo numa abordagem qualitativa. A coleta de dados efetivou-se a partir de pesquisas bibliográficas e entrevistas orais semi-estruturadas. A análise dos dados seguiu as etapas de ordenação, classificação e articulação entre os dados coletados, respondendo à problemática norteadora. Os resultados demonstraram que, economicamente, a caça à baleia não trouxe ganhos reais para os trabalhadores, embora tenha sido uma alavanca no desenvolvimento dos municípios. Com a preservação da Baleia Franca, houve uma lucratividade com o incentivo ao turismo de observação, fazendo surgir novas reflexões em relação à caça da baleia e também as perspectivas de cuidados com o ecossistema costeiro.

PALAVRAS-CHAVE: história, caça, preservação, Baleia Franca, Imbituba, Garopaba.

## Abstract

HISTORY, ENVIRONMENT AND TOURISM: FROM HUNTING TO PRESERVATION OF THE RIGHT WHALE IN GAROPABA AND IMBITUBA - SC The present research studied the documented history, the ex-workers' and ex-managers' memories of the hunting and preservation of the Right Whales in Imbituba and Garopaba in the South of Santa Catarina State, as well as the interface with the environmental history and tourism. The study was carried out through bibliography and qualitative field research. Data were collected from bibliographic research and oral semi structured interviews. Data analysis followed the steps of ordering, classification and articulation of data, answering the guiding problematic. Results show that whale hunting did not bring real gains to workers, though it has fostered the development of the towns. Moreover, the preservation of Right Whales has been profitable by encouraging observation tourism, giving rise to new reflections on whale hunting and to new perspectives concerning the coastal ecosystem.

KEY WORDS: History, Hunting, Preservation, Right Whale; Imbituba, Garopaba.

## Introdução

Os municípios inserem-se no contexto de uma cultura açoriana litorânea e se desenvolveram a partir de armações baleeiras. A espécie alvo da caça nestes municípios foi a Baleia Franca Austral (*Eubalaena australis*), uma espécie de cetáceo que migra todos os invernos do Oceano Antártico para o litoral brasileiro para dar a luz e amamentar seus filhotes. A espécie se encontra no litoral sul do Brasil, sendo avistada em Santa Catarina entre julho e novembro. A caça comercial ocorreu durante séculos, levando a espécie até sua quase extinção. A caça foi proibida apenas em meados do século XX, sendo em Imbituba a última armação a encerrar suas atividades.

O presente estudo se insere no campo da História Ambiental tendo como objeto de pesquisa a compreensão das memórias de ex-trabalhadores da caça à Baleia Franca e do movimento de preservação destes cetáceos nos municípios de Imbituba e Garopaba, litoral sul de Santa Catarina e sua interface com a história, ambiente e turismo. Ao apresentar a história das armações baleeiras existentes em Garopaba e Imbituba, procurou-se identificar os principais agentes da memória do trabalho de caça às baleias entre os séculos XVI e XX, no estado de Santa Catarina desembocando nas leis de proteção ambiental.

1 Artigo desenvolvido a partir do trabalho de Conclusão de Curso em História do primeiro autor para obtenção do título de Bacharel e Licenciado em História na Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, ano de 2007.

2 Bacharel em História. Departamento de História. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Av. Universitária, 1105, B. Universitário, Cep: 88806-000, SC. russoo\_surf@hotmail.com

3 Comunicador Social. (orientador da pesquisa) Especialista em Arte e Educação. Departamento de História. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Av. Universitária, 1105, B. Universitário, Cep: 88806-000, SC. epb@unesc.net

4 Psicóloga. (co-orientadora da pesquisa) Mestre em Ciências Ambientais. Departamento de Psicologia e Engenharia Ambiental. Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Av. Universitária, 1105, B. Universitário, Cep: 88806-000, SC. rnj@unesc.net

O núcleo básico da colonização de Garopaba surgiu em torno da armação baleeira de São Joaquim de Garopaba, ativada em 1793. Entre a arquitetura portuguesa do município, destaca-se um comércio que ousa nas artes de atrativo que explora a imagem da Baleia Franca, fomentadora do turismo atual.

O município de Imbituba foi sede da quarta instalação da armação baleeira do sul da Brasil e última a desativar, em 1973. Reconstruiu esta fase da sua história no Museu da Baleia no antigo barracão, segundo Farias (2000), o único no gênero na América Latina. O espaço urbano do município foi se moldando e criando uma identidade arquitetônica, tendo nas imagens da baleia a sua inspiração. Como centro Nacional de Observação da Baleia Franca, Imbituba destaca-se no turismo de observação, e em setembro organiza a Semana Nacional da Baleia Franca com atividades acadêmicas e culturais.

Com o fim da caça, os gestores de Garopaba e Imbituba passaram a investir no turismo. Ambos possuem uma paisagística litorânea atraente, com referência internacional. Assim, a ação da caça foi substituída pelo movimento de preservação e a evidente exploração do turismo de observação da Baleia Franca.

Essa pesquisa justificou-se em contribuir para o avanço do conhecimento sobre a inter-relação história e meio ambiente e, especialmente, na ativação da consciência dos habitantes de Garopaba e Imbituba sobre a preservação da Baleia Franca, que no passado tanto sofreram para garantir a economia do litoral catarinense. A espécie encontra-se agora protegida, por legislação nacional, como a Lei Federal 7.783/87, que protege os cetáceos contra perseguição e molestamento; a Portaria do IBAMA 117/96, que define normas para evitar o molestamento de cetáceos; o Decreto Estadual 171/95, que declara a Baleia Franca como Monumento Natural do Estado de Santa Catarina, e o Decreto Federal de 14 de Setembro de 2000, que cria a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APABF), protegendo a principal área de concentração reprodutiva da espécie no litoral centro-sul de Santa Catarina.

## Material e método

A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica e de campo numa abordagem qualitativa. O tipo de estudo caracterizou-se como exploratório, considerando a pesquisa documental e a entrevista oral de dois sujeitos nativos do município de Garopaba e Imbituba.

Garopaba localiza-se na micro região do sistema lagunar de Santo Antônio dos Anjos/Mirim, bacia do rio Tubarão a 84 quilômetros de Florianópolis. A área territorial é de 78 Km<sup>2</sup> habitados e cerca de 15.000 habitantes, acolhendo durante os meses de temporada em torno de 40.000 turistas (IBGE, 2005).

Imbituba ocupa uma área de 185 Km<sup>2</sup>, integrando, para fins de planejamento estadual, a microrregião de Laguna e a Associação de Municípios da Região de Laguna - AMUREL, composta de 16 municípios. Seus limites territoriais são: ao Norte - Garopaba e Paulo Lopes; ao Sul - Laguna; ao Leste - Oceano Atlântico e ao Oeste - Imaruí. A população atual é de 38.681 habitantes (IBGE 2005).

A amostra foi composta por dois sujeitos, representando um ex-arpoador e um ex-gestor municipal. Os entrevistados foram indicados por informantes que representam a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APABF), o Projeto Baleia Franca-IWC/Brasil, a Prefeitura Municipal de Imbituba, a Prefeitura Municipal de Garopaba, o Fórum da Agenda 21 de Ibiraquera. No dia da entrevista, com base na Resolução 196 (1996), um termo de compromisso informado foi lido e esclarecido junto aos sujeitos. Além disso, foram retiradas narrativas de duas entrevistas de ex-caçadores de Imbituba do DVD cedido pelo Projeto Baleia Franca-IWC/Brasil.

A técnica de coleta de dados foi uma entrevista oral semi-estruturada para os sujeitos e análise de documentos da época. O período de coleta de dados ocorreu entre julho e setembro de 2007, tendo como instrumentos: gravador, máquina fotográfica, visitas ao Museu da Baleia Franca de Imbituba e ao Centro Nacional de Conservação da Baleia Franca, sede do Projeto Baleia Franca localizada em Itapirubá – Imbituba e diário de campo.

A análise dos dados seguiu três etapas interligadas, conforme a proposta de Minayo (2002), baseando-se na compreensão das entrevistas e documentação histórica correspondentes às memórias referentes à caça e à preservação da Baleia Franca: (1) sua ordenação passou pela transcrição das gravações, devolução e validação dos sujeitos, releitura do material, organização dos relatos das entrevistas, das anotações do caderno de campo e dos dados da observação; (2) sua classificação fundamentou-se nas categorias caça e preservação; (3) na análise final, estabeleceram-se articulações entre os dados das entrevistas e os conceitos constantes da literatura sobre o assunto, com o objetivo de verificar como vem se articulando história, ambiente e turismo: a partir da caça à preservação da Baleia Franca em Garopaba e Imbituba - SC .

## Resultados

### Os registros da história ambiental: a caça da baleia da pré-história à atualidade

A relação de sobrevivência do ser humano e os seres marinhos têm uma data muito remota. Civilizações antigas encontravam alimentos na caça de grandes mamíferos marinhos, que garantiam a sobrevivência do

grupo. Da pré-história encontram-se as pinturas rupestres como afirmações claras de que a caça aos golfinhos e outros pequenos mamíferos serviam de subsídios para a sobrevivência. Algumas destas são encontradas em paredões de arenito na Coréia do Sul representando caça às baleias datadas de aproximadamente 8000 anos A.P. (antes do presente) que remetem ao Período Neolítico. Desde a antiguidade, os povos foram ocupando lugares diferentes ao longo da história deixando registros de prováveis caças ou mesmo admiração a esses imponentes gigantes dos mares. As antigas culturas viam em algumas poucas oportunidades baleias encalhadas nas praias e com isso uma grande quantidade de alimento ainda fresco e iniciavam a retirada da espessa camada de gordura com o animal ainda vivo até chegar à carne, a qual é vermelha e bastante concentrada, tratada ainda em alguns países como preciosas iguarias, segundo Bittencourt (2005).

Em alguns sambaquis espalhados pelos litorais de quase todos os continentes, construídos entre 8.000 e 1.500 anos A.P. são encontrados ossos de cetáceos resultantes da alimentação, e com esses eram produzidos utilitários como anzóis, pontas de flechas, lanças. No litoral do Brasil, principalmente o sul catarinense, é riquíssima a diversidade de materiais encontrados nestes locais, demonstrando a ampla capacidade dos antigos povos em fabricar e utilizar os citados instrumentos, conforme Bittencourt (2005), Neu (2003) e Farias (2000).

Por volta de 2807 anos A.P., regiões litorâneas da Europa já perseguiam as baleias. Com muita precisão e organização, potencializavam a pós-caça em um trabalho rápido nas partes que poderiam ser utilizadas. Desde então, a gordura passou a ter um imenso valor, servindo para o aquecimento das comunidades. A carne, que também era retirada, passou a ser seca e salgada para ser consumida durante o inverno, por ser bastante densa. Na Escandinávia se têm relatos do aproveitamento até do leite destes animais (BITTENCOURT, 2005).

Pintores do século XVIII revelam até oito baleias sendo arpoadas de uma só vez nas frias águas da Groenlândia. Essas pinturas remetem ao período de ascensão da caça à baleia ao longo da história. No início do século XIX, houve um declínio da caça em larga escala, tendo o petróleo substituído o óleo da baleia na iluminação pública urbana. A Holanda foi um dos primeiros países a realizar esta mudança. A partir desta época, muitas espécies de baleias tiveram sua “liberdade” restabelecida. Os cachalotes (*Physeter macrocephalus*) infelizmente sofreram o alto preço da modernização das cidades já que seu fino óleo, retirado da cabeça, era extremamente importante para lubrificação das maquinarias utilizadas na época (BITTENCOURT, 2005).

## Nos Açores

O Arquipélago dos Açores despontou como grande escola de caçadores de baleias. No início do povoamento das ilhas, eram cultivados alimentos, como: trigo, milho, uvas, batatas, couves, vagens, açúcar, produção de carne e principalmente os pescados abasteciam a metrópole. O aparecimento em grande quantidade do peixe real fez com que os simples colonizadores do Arquipélago se tornassem grandes e reconhecidos pescadores de baleias.

A perseguição era realizada com pequenas embarcações desprovidas de qualquer aparato de salvamento. Os tripulantes guiados pela necessidade da caça para garantir a sobrevivência de suas famílias atiravam-se ao mar com arpões e estacas de madeira pontiagudas com cordas amarradas ao próprio barco. Foram esses homens que por muito tempo mancharam de vermelho o mar azul do Atlântico Norte.

A Costa Basca também colaborou muito com novas técnicas e instrumentos de caça. O espaço da Costa Basca localiza-se entre a França (a leste) e a Espanha (a sul); a extensa faixa litorânea entusiasmava os baleeiros à caça às baleias. Sabe-se que a “pesca da baleia” não era uma atividade estruturada e específica dos Açores. Segundo Caruso (1996), nos Açores, na época da pesca da baleia, havia um vigia que soltava foguetes avisando a presença desses cetáceos no litoral. As baleeiras eram lançadas ao mar a remo ou a vela para não fazer barulho. Os barcos eram levados até 5 ou 10 metros da caça de onde era lançado o arpão, com cerca de 25 quilos. O arpão era apenas para assegurar a presa. Para matá-la eram utilizadas lanças até atingir o coração. Após, as baleias eram rebocadas a remo para as armações, onde o toucinho era cortado em pedaços e derretido em caldeiras. Do toucinho era fabricado o óleo. Da carne e dos ossos que eram fervidos, torrados, moídos e prensados eram feitos adubo e comida aos porcos e outros animais domesticados. O torresmo era utilizado na pesca da tainha. Somente na armação baleeira açoriana de São Roque, foram caçadas até 1885, anualmente, cerca de duzentas baleias.

## No Brasil

A caça às baleias no Brasil-Colônia entre a Bahia e o sul de Santa Catarina ocorreu durante aproximadamente 400 anos, gerando lucros importantes a muitos países, principalmente a Portugal e Espanha. Ao assinarem o Tratado de Tordesilhas (1494), Carlos I (Portugal) informa por uma das cartas anuais que a grande empresa Muscovy Company (Inglesa) estava proibida de fabricar sabão a partir do óleo da baleia abatida em seus territórios marinhos, com isso a extração do óleo se restringia apenas a fins de iluminação pública, curtimento de couro, fabricação de espartilhos e outros pequenos materiais de usos domésticos (BITTENCOURT, 2005).

Por volta de 1765, a importância e a necessidade do óleo já se comparavam às riquezas como ouro e prata, e também eram levados em quantidade para a Europa juntamente com açúcar, algodão, o jacarandá e o tão explorado pau-brasil. A quantidade dos animais abatidos entre junho e setembro no estado do Rio de Janeiro, acarretou, de certa forma, num trabalho acelerado, desenfreado e irresponsável. Houve dias em que até dez animais eram mortos com mais de seis arpões, e quase sempre com três embarcações perseguindo-as pela enseada e mar adentro. Estes barcos nem podiam ser considerados baleeiras de tão frágeis e desgastados pelo uso excessivo. A ganância pelo lucro dos contratadores ou pela obrigação de garantir o sustento da família fez com que alguns remadores perdessem suas vidas durante as caçadas. O mais lamentável é o fato de que os familiares muitas vezes assistiam tais acidentes.

## No litoral Catarinense

O povoamento do espaço litorâneo catarinense aconteceu progressivamente, assim como as instalações das armações baleeiras. Algumas famílias de açorianos saíram de Laguna, criando as comunidades de Vila Nova e Mirim (atualmente bairros pertencentes ao município de Imbituba). De acordo com dados históricos, alguns anos após a fundação de Laguna (1676), devem ter se fixado em seu território os primeiros habitantes atraídos pela caça.

Ao longo do litoral catarinense, foram fundadas as Armações: Ilha do Bom Abrigo, em São Francisco do Sul, Itapocorói em Penha (1778), Nossa Senhora da Piedade em Desterro (continente, em 1741) e da Lagoinha em Desterro (ilha, em 1772), São Joaquim em Garopaba (1793) e Sant' Ana da Vila Nova em Imbituba (1796).

As atividades da caça à baleia foram deflagradas no sul do Estado por determinação do Marquês de Pombal, no ano de 1796, de acordo com Martins (1979). A Armação de Imbituba foi a quarta a ser construída no Brasil a partir do princípio de *povoar para conquistar*, por Pedro Quintela e João Ferreira Sola, os quais pagavam uma taxa de exploração à Coroa Real. As grandes baleias eram arpoadas e rebocadas para os barracões, onde se organizava o retalhamento e retirava-se o toucinho para derreter em grandes caldeiras. O azeite apurado como resultado final tinha dupla utilidade: era usado para iluminação pública das poucas cidades brasileiras, especialmente Rio de Janeiro e São Paulo e também era usado em fábricas de curtimento de couro.

Utilizava-se, também, a borra do óleo da baleia desde o século XVI nas construções do litoral do Brasil, como aglutinante que petrificava a argamassa quando seca pela combinação da matéria graxa animal com a cal cristalizada à ação da água salgada (BITTENCOURT, 2005, p. 120), ou seja, como *liga* na argamassa destinada às construções de fortalezas e edifícios oferecendo-lhes resistência semelhante à do

cimento (inexistente na época) ou até mesmo superior, pois o assentamento de pedras e tijolos nas construções centenárias adquiriu uma solidez e impermeabilidade muito grande.

A armação de Imbituba foi fundada em 1796, por Pedro Quintela e João Ferreira; os lucros obtidos foram extremamente compensadores, pois o local faz parte da rota migratória e um ponto estratégico para caça. Por temporada (julho a agosto), a grande quantidade de cetáceos abatidos no litoral catarinense garantia contratos de vendas, tanto dos resultados finais quanto das partes do animal. As barbatanas eram exportadas para a França onde se tornavam espartilhos.

Em 1796 Dom Rodrigo de Souza Coutinho (Secretário de Estado) tentou reorganizar a caça a baleia em águas brasileiras, extinguindo o sistema de contratos. Em 18 de maio de 1798 a Coroa Portuguesa regulamenta o projeto “Marinha Mercante Lusitânia”, que restringe o trabalho de caça e corte das baleias nas próprias embarcações pertencentes à Coroa, ficando regulamentada nos litorais e proximidades de Portugal, Moçambique, Açores e Brasil (o que, logicamente, dificultou a situação dos possíveis contratantes em terras brasileiras).

A utilização de mão-de-obra escrava também perdurou por muito tempo nas armações baleeiras, tanto que alguns contratantes compravam escravos no Rio de Janeiro vindos de embarcações negreiras envolvidas no tráfico, principalmente para o período de safra. Quando não suficientes outros donos de escravos os alugavam para desempenharem funções como: limpeza de reservatórios de azeite, corte de baleia e árvores, aquecimento das fornalhas, derretimento do toucinho, limpeza e organização do barracão e da senzala. Por serem considerados *menos dotados*, raramente chegavam a um ofício não braçal/desgastante como o de timoneiro. Há registro de que as armações catarinenses chegaram a ter 525 escravos e em Garopaba com cerca de 73, segundo Neu (2003, p. 32).

Em 1973, foi morta a última baleia no Brasil, no município de Imbituba. Conta Aldo Pitigliani, pescador e proprietário da empresa de Caça e Pesca de Imbituba, que a baleia media 14 metros e rendeu 40 tambores de 200 quilos cada um e que foi vendida para a Indústria Química de São Leopoldo (RS), onde transformou seu óleo em produtos diversificados.

## As memórias dos sujeitos: os ex-caçadores e o ex-gestor

Os sujeitos participantes dessa pesquisa, embora habitantes de uma mesma localidade, possuem características pessoais bem diferenciadas que podem ser descritas a priori por seus modos de criação. O termo identidade apresenta diferentes conceitos nas ciências sociais e humanas.

Mosquera (1984, p. 54) diz que o processo de construção da identidade de qualquer ser humano se desenvolve no tempo, no espaço e em uma determinada cultura.

A caça, recordada pelos entrevistados, remete a Chevalier (2005), que descreve o simbolismo da caça como uma atividade cultural, presente em todas as épocas e culturas humanas. Tem seu respaldo na supremacia do homem sobre a natureza.

Nos relatos sobre a caça às baleias, Adílio, ex-gestor de Garopaba, foi um mero observador. Lembra que antes mesmo de ter conhecimento, esta já existia em Garopaba. Entre os vários métodos utilizados, Adílio contou que: *No começo eles arpoavam a baleia e ela saía até que acompanhando/arrastando a canoa que botaram o nome de baleeira, por ela acompanhar e ser as embarcações que iam atrás das baleias. Depois começaram a usar coisas como arpão mais forte viu, que judiavam menos porque teve baleia que sofreu muito! Eu vi uma ali depois de Morrinhos toda espetada, tantos arpões e ela toda ensangüentada (...) toda cheia de coisa, toda cheia de furo! [...] e depois disso começaram a usar o arpão com dinamite, esse não que judiava menos porque era um choque terrível com certeza! Explodir duas ou três bananas de dinamites dentro de um bicho enorme, de um gigante aí não sofria tanto porque recebia aquelas explosões e morria mais rápido. A última que mataram, tinha 24 metros de comprimento, a maior que eu vi! Foi a última e o estrondo foi tamanho que ela morreu com a boca aberta que entrava um homem dentro! Com a explosão ela morreu na hora, nem chegou a viajar 1 metro se quer. Uma judiaria só! Eles também botavam o arpão e vinham cá (dentro da baleeira) e ligavam na bateria e explodia o coitado do animal, arrebentava todo um lado da baleia e vinham vindo e deixaram ela ali em frente de hoje é a Gelomel (sorveteria localizada a beira mar). Quando deu a maré cheia aí ela flutuó e então os pescadores começaram a cortar o toucinho dela, tinha mais ou menos 1 metro de toucinho.*

Com relação aos instrumentos utilizados na caça, Manoel falou sobre os modelos de armas utilizados ao longo dos anos. Até a década de 1940, era utilizada a *bombilança* que foi substituída pelo canhão com um poder mortal para a baleia. Quando as embarcações se tornaram motorizadas, a baleia, segundo Manoel, parecia sentir-se ameaçada e seguia sua rota. A embarcação a seguia e no máximo em seu terceiro mergulho era atingida mortalmente.

O toucinho, ao qual se refere Adílio, é uma camada grossa de gordura que mantém a baleia aquecida nos mares gelados onde vive no verão, e serve de reserva energética durante o inverno quando migram para as áreas de reprodução. Embora dóceis, as baleias franca foram confundidas por muitos caçadores como ameaçadoras. Segundo Adílio, *uma delas, durante a caça agitou as águas a ponto de jogar os homens ao mar e depois fugiu.* Cedolino, ex-caçador de baleias no município de Imbituba confirmou as palavras de Adílio, dizendo que a atividade da caça era perigosa, pois a baleia, mesmo sendo mansa, muitas vezes reagia, atirando a cauda ou a barbatana contra a embarcação.

Para Ruberval, que trabalhou na caça à baleia durante trinta anos como arpoador diz que a caça acontecia quando a baleia aparecia. Os homens estavam sempre preparados. Segundo ele: *não tinha noite, não tinha dia, a hora que aparecesse a gente ia pro mar.*

Nos relatos referentes ao exercício da função do trabalhador na caça à baleia, Ruberval tinha a função de arpoador, segundo suas próprias palavras, *quem atirava na baleia era eu.* Cedolino relatou que o arpão era carregado nos braços pelo arpoador até o momento em que a baleia boiasse, era nesse momento que era arpoada.

Outras funções também se faziam presentes. Havia o vigia que indicava o local onde a baleia estava, para que a baleeira se aproximasse e mantivesse uma distância e a caça se efetivasse, conforme relatou Ruberval: *a baleia a gente já saía sabendo onde que tava né, chegava lá e via, muita hora não dava de “atirá” porque ela “profundava” depois boiava, não era toda hora que dava de atirá ou “aferrá”, uma aí tinha que esperá que aparecesse o momento certo.*

Continuando sua fala, Ruberval disse: *a gente ia já sabendo onde ela tava (baleia), agora à distância quando ela tava viajando nós tinha que puxá prá longe porque ela não deixava chegá perto, agora prá “atirá” tinha que ser de perto! E o barco era primeiro a remo [...] tinha que se arruma o “ferro” (arpão), o fósforo, bota o fogo prá atirá! E quando era a bateria esperava prá ligá na bateria porque quando batia não podia dar tempo, era rapidinho porque já tinha um preparado com duas ponta de fio prá ligá na bateria. Não podia demorá dois minutos! [...] E quando “pescava” a canhão nós tinha um moço aqui entendeu, ele enchia a “bala”, a bala era um quilo de pólvora, ele preparava mais não via a baleia porque tinha um medo danado dela! (...) então ele prepara, enchia aquela bala, a pólvora né e agora só não podia deixa em cima do “ferro” prá não estourá!*

O tempo de captura era variável para o ex-arpoador, podendo muitas vezes perder a caça, segundo narrativa de Ruberval: *uns dez a quinze minutos, vinte conforme né. Tinha hora também de que ela desaparecia e não se via mais (...) lá aparecia ela adiante, a gente olhá prá um lado pro outro e não se via.* Cedolino relatou que os homens remavam dia e noite até alcançar a baleia. Os caçadores de Imbituba procuravam a caça em Garopaba e Laguna, indo além das fronteiras de Imbituba.

Na saída ao mar, Adílio retratou uma quantidade de 3 a 5 homens em cada baleeira (foto seguinte), semelhante à descrição de Ruberval. A baleeira, de acordo com Bitencourt (2005), é um tipo de embarcação construída com madeira leve, com cerca de 10 metros de comprimento, possui proa e popa alinhadas e mastro longo para dar velocidade na perseguição à baleia. Por ser uma embarcação de proporções maiores do que a atual canoa de pescadores tradicionais, possui em torno de seis bancos e sete remos, mesmo tendo velas e motor. Os caçadores lançavam-se ao mar em mais de uma embarcação. [...] *o socorro que nós dizia né, é obrigado a tê outra já perto, prá se acontece qualquer outra coisa.* Ainda

segundo este último, embora cada um tivesse uma função específica, havia tarefas comuns a todos, conforme falou: *[...] ali só tinha um na popa e todo mundo remava, um arpoador e outro ia junto prá qualquer serviço mais prá fazer.*

Após a captura, a baleia era transportada até a armação para corte, derretimento e comercialização, conforme relatou Adílio: *antigamente eles derretiam onde hoje é a praça do centro histórico! Ali tinha um barracão (falando da armação de Garopaba) e só depois de um tempo passaram a levar para Imbituba pois lá todo um maquinário lá já saía em latão e pegava um navio e parece que o destino era São Paulo, prá iluminação. Eu também sei que tinha uma porção de utilidade o óleo feito da baleia, depois eu não sei o que faziam com aquele torresmo, aquela coisa ficava seca. Essa última baleia morta só as vísceras carregou um caminhão! Não desses grandes de hoje não, daqueles antigos. Aqui quando eles tiravam e derretiam fedia muito, não tinha quem passasse por perto! Os homens que trabalhavam ali no barracão mais de 8 a 10 dias mexendo na baleia direto.*

Continuando sua narrativa, Adílio afirmou trabalharem cerca de 10 homens neste processo. Cedolino disse que o trabalho de rebocar a baleia arpoada em outras localidades era cansativo, pois era rebocada em baleeiras movidas a remo até a praia onde ficava o barracão de Imbituba.

Quanto ao aproveitamento, ou a utilidade da caça à baleia, segundo Ruberval era o toucinho e a língua. Quanto ao toucinho o entrevistado narrou: *[...] cortava e botava no caminhão e levava prá Imbituba prá derretê sabe. Cortava no facão e era puxado num tratorzinho com um cabo de aço que aí tirava aquela lasca [...]*

Da língua também se retirava um óleo diferente, ao lembrar de uma baleia que foi capturada: *essa grande só de óleo deu 162 tambor! Isso eu vou falar prá ti que foi botado no caminhão (Ford-600) e deu oito pedaços mas só seis foi na primeira viagem [...]. A língua da baleia, o motorista do caminhão calculó em base de 8 toneladas, porque a carga do caminhão falaram que segurava 6 toneladas e ainda sobrou dois pedaços grandes.*

Quanto à carne, Adílio relatou que *eles tiravam em pedaços, no final tinha uma carne bonita, bem vermelha! Só não dava de comer porque quando chegasse na carne já estava estragada.* Cedolino falou que a carne era gostosa mas era jogada fora em função do processo de decomposição. O toucinho tinha maior volume na barriga. Comentou que para o retalhamento eram convocadas mais pessoas. O trabalho de retalhamento iniciava na praia e levava cerca de 2 a 3 dias, pois era todo feito manualmente com facas. Manoel falou que ao arrastar a baleia até o barracão, a gordura ia se desprendendo da barriga do animal. Os restos que ficavam na areia eram recolhidos e levados para o derretimento. Continuando sua entrevista, Manoel detalha que o óleo era derretido em caldeiras em sistema a vapor de grande pressão. Os resíduos do óleo (borra) eram utilizados na queima como se fosse lenha. Como Ruberval, Manoel diferencia o óleo da língua como mais fino, sendo utilizado com fins terapêuticos, ou

seja, como fortificante para as crianças. Eram pingadas 2 gotas de óleo de língua da baleia na alimentação infantil.

O conhecimento de Ruberval sobre o destino dos restos da baleia foi lembrado quando das vísceras e dos ossos, assim relatados: *os restos eram carregados pros combros (dunas) ali, ia carregando e chegando no buraco só jogava prá baixo, e tampava com areia pros bois e outros animais não pega. O carro de boi carregava tudo pro buraco.* Quanto aos ossos enterrados na praia, Ruberval afirmou que: *isso já é de antes, já é coisa de 400 anos! Dos escravos que enterraram daqui até lá (apontando para orla da Garopaba) a ossada, e a ossada enterrada na areia ela não estraga. Uma vez eu coloquei uma queixada a sol e a chuva que estragou.*

Segundo Ruberval, os caçadores tinham, como atividade principal, a pesca de peixes da região, portanto a caça à baleia não garantia o sustento da família, ficando esta como um esporte. Nas palavras do ex-arpoador: *naquele tempo quase se trabalhava por esporte! A baleia não era uma profissão. Naquele tempo nós vendemos aquela de 23 metros pros dias de hoje uns 1.200 reais, prá quem tava no barco e quem trabalhou aqui prá cortá a baleia ganhavam um pouco melhor, só que a gente não “pescava” como profissão não! Temos mesmo é a pesca dos peixes [...]*

Cedolino confirma as palavras de Ruberval, relatando que o rendimento financeiro era baixo, ajudava muito pouco no orçamento familiar que era basicamente da pesca artesanal. E assim como Ruberval que considerava a caça à baleia como um esporte, Cedolino afirma ter sido uma atividade divertida.

Sobre o salário recebido pelo trabalho da caça à baleia, Ruberval comentou que não havia. A remuneração se dava por metro de toucinho cortado e derretido, contudo, o corte era melhor remunerado, conforme relatou: *Cortá dava mais dinheiro! Cortá do que matá, porque uma baleia grande era oito dias ou seis no mínimo de trabalho e isso com oito a dez homens no corte, mas era difícil baleia desse tamanho (referindo-se as maiores de aproximadamente 23 toneladas) porque era em média 18 toneladas sabe. De 15 prá nós era “baleiote” porque não dava óleo. O “toucinho” dela gruda e não dá “a liga”.*

Segundo Cedolino, o arpoador tinha uma remuneração de mais valor. Já para Manoel, a sua posição de transportador de óleo lhe conferiu maior rentabilidade. Manoel exemplificou que uma baleia caçada na Praia do Gi em Laguna, no fim de 1958, rendeu 32 tambores de óleo, com cerca de 200 litros cada um. Esta carga foi comercializada em Bento Gonçalves, garantido uma quantia de 154 mil cruzeiros que Manoel usou para dar entrada na compra de um caminhão F-600.

A comercialização dos produtos da caça, segundo Adílio, dirigia-se para a iluminação pública de São Paulo (uma informação equivocada, pois nesta época a cidade de São Paulo já possuía energia elétrica). Ruberval, em dúvida, relatou ter como destino a cidade de Novo Hamburgo (RS). Cedolino argumenta que o óleo servia para os curtumes de

São Leopoldo (RS). Manoel confirma o relato de Cedolino, dizendo que o óleo era transportado para as cidades de Novo Hamburgo, São Leopoldo e Bento Gonçalves no Rio Grande do Sul. O óleo extraído era utilizado pela indústria calçadista no Curtume Fazolo em Bento Gonçalves - RS.

Quanto ao comportamento da baleia, ambos os entrevistados relataram a passividade do mamífero. Ruberval comparou a docilidade da baleia em contraponto com a agressividade humana e do animal doméstico: *tem muita gente que tem medo de chegar perto bem perto da baleia, mas a baleia não faz mal! Você faz mal aos outros? Só imagina, cê vai provocá ele e ele reage! Assim é o peixe gente, - fala um pouco emocionado - já chegará a me dizer que a baleia ia dá uma rabadada no barco e quebrá tudo, num da nada! Pior é o cachorro, ele é mais perigoso cem vezes! Prá mim isso né! Cem vezes que a baleia, o cachorro cê não faz nada ele te avança! Mas a baleia não, Você pode tá ali e encostá nela e ela não te faz nada.*

Os sentimentos de Adílio e Ruberval quanto à captura da baleia são de compadecimento e de tristeza. O sentimento, segundo Cabral e Nick (1989), traduz em uma disposição complexa do ser humano envolvendo relações afetivas e cognitivas em direção a uma situação, objeto, pessoas e animais. Para Ruberval, o ex-arpoador: *era uma injustiça que se fazia, matava a mãe e deixava o filhote aí gemendo e quase chorava, por dois ou três dias! Por fim doía o coração da gente e hoje recorda diferente de quando era jovem. O filhote ficava sentindo o cheiro da mãe, era uma dó prá gente que matou e que via isso (...) não tinha mais coração.*

O pensamento atual dos entrevistados sobre as baleias é de proteção relacionando-a ao turismo. Ruberval colocou que: *da baleia eu acho bom não ter mais a caça! O turismo é vale mais que a baleia morta, porque a baleia não importa mais aqui, matando né, acaba matando como antes e não vinham mais baleias pra cá, ninguém conhecia mais sabe. Hoje em dia se fosse caçada não tinha mais prá vê! [...] Um dia eu fui ali ver a baleia, é lindo né! Eu digo hoje pros meus filhos: “vocês não tem que ter medo das baleias, vocês não vão pisá.*

Adílio endossou as palavras de Ruberval, afirmando a manutenção da proibição à caça: *eu acho que essa proibição deve continuar! Não deve nunca deixar porque isso é um paraíso. Isso é a coisa mais linda que vem gente de longe vê as baleias aqui em Garopaba, elas vêm e brincam na beirada (...) o ano passado passaram uma quantidade! Elas vão pro norte mais vem reproduzir aqui por causa da água mais quente, vem sempre ganhar os filhotes aqui, sempre aparecem umas três com filhotinhos. (risos) Esse filhotinho já nasce com algumas toneladas! Aliás a gente chama assim por comparar com o tamanho da mãe. Isso deve continuar, não deve nunca acabar, porque se hoje der a liberdade prá voltar a matar “meu filho” todo mundo acaba com elas em pouco tempo!*

Cedolino tem uma posição semelhante aos entrevistados de Garopaba: *eu acho muito maravilhoso que as criança todas se envolvendo sempre protegendo aquilo que nós destruimo [...] a gente fazia aquilo por ignorância [...] a gente achava que ia durar para*

*a vida toda [...] a conservação é muito boa, não deve existir mais matança [...] os países deveriam se conscientizar que destruindo não adianta nada e as crianças percebem isso. Que continuem preservando essa coisa bonita que existe aí.*

Manoel emocionou-se em sua entrevista a Truda Junior ao falar sobre a preservação da Baleia Franca, estendendo-se a preservação de todas as espécies que habitam o planeta. Nas palavras de Manoel Rosas: *para nós ela tem mais rentabilidade viva do que morta, é uma nova cultura [...] assim como a baleia ensina seu filhote a rota, nós devemos ensinar nossas crianças [...] nós tamo com a cultura da preservação da vida que é mais importante no nosso planeta. Felizmente, nós temos esse princípio de preservar a vida da baleia, que não fica só na vida da baleia, é de todos nós nesse planeta. Nós não temos dois planetas, nós só temos esse.*

Relacionada à proteção da baleia no litoral sul catarinense ao turismo de observação, os dois entrevistados se colocaram favoráveis, tanto pela proteção quanto pelo desenvolvimento econômico de Garopaba. Adílio disse: *[...] nunca é demais o turismo viu! Porque a Garopaba “querido” já foi o lugar da lavoura, fazia milhares de sacas de farinha e de tapioca, grande quantidade de açúcar mascavo também, a pecuária sempre foi fraca mais a pesca era falada de longe! Do cação galbudo e da tainha, hoje a pesca é um esporte, é sim! A lavoura e a pecuária também (...) agora a grande indústria de Garopaba é o turismo, é do turismo que vive o Garopabense, e é o turismo que faz tudo por essa cidade.*

Em consonância com o conterrâneo, Ruberval posicionou-se da mesma forma em relação ao turismo: *[...] eu vejo que é bom, deixa um dinheiro prá cidade né, essas coisas de hotel e essas coisas é bom! E pessoal tem que vim prá conhecer, eu gosto de ver a baleia!”*

O turismo tem sido objeto de estudo e de discussões interdisciplinares, pois o empreendimento turístico, segundo Câmara (2001), apresenta aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais. Em Garopaba e Imbituba, o turismo de observação das baleias é uma das alternativas sustentáveis, por não ser letal aos mamíferos. Na APA da Baleia Franca, essa forma de turismo deve ter um caráter educativo, seguida da legislação vigente e a aprovação do IBAMA.

## A contribuição da história ambiental para a preservação da Baleia Franca no sul de Santa Catarina

A preservação ambiental tem suas raízes no movimento conservacionista que, segundo Gadotti (2000), foi criado com o objetivo de conservar grandes áreas naturais para o usufruto das elites dos países ricos. Essas áreas serviriam de lazer e de contemplação para esse grupo selecionado de pessoas, desconsiderando as populações locais. Diegues (2000) descreve que no final do século XIX grandes áreas de beleza foram preservadas para deleite da população norte-

americana, que as procuravam para livrar-se do estresse. Essas áreas eram denominadas *wilderness* representado a *salvação da humanidade*. Dominava, na época, uma visão estética e romântica da natureza.

Diegues (2000) coloca que no final dos anos 60, surgiu o movimento ecologista-preservacionista com base filosófica na ecologia profunda propondo a criação de parques sem habitantes. Esse modelo conservacionista na década de 70 gerou conflitos na África, Ásia e América Latina com as populações local-tradicionais que foram retiradas ou expulsas de seu espaço de vida. Nos anos 80, surgiu a biologia da conservação da biodiversidade associando a gestão e o manejo das áreas naturais à ciência. Cobia, a partir daí, aos cientistas a restauração de habitats degradados, reintrodução de espécies reproduzidas em cativeiro e definição de corredores ecológicos. Ainda nos anos 80, aparece também um outro movimento que é o da ecologia social, ou etno-bio-diversidade, no Brasil defendido por Diegues (2000). Este propõe uma síntese entre o conhecimento científico e o tradicional com a finalidade de implantar uma conservação real das paisagens, de proteger a diversidade biológica e a sócio-cultural. Essa nova forma de ecologia se fortaleceu no Brasil, com o Movimento dos Povos Indígenas, dos Seringueiros e dos Quilombolas.

Gadotti (2000:58), com um posicionamento semelhante a Diegues, afirmou que muito mais que *limpar os rios, despoluir o ar, reflorestar os campos devastados*, é preciso enfrentar os problemas sociais, pois estes problemas tratados pela ecologia afetam tanto o meio ambiente quanto *o ser mais complexo da natureza que é o ser humano*. Leonardo Boff (1993) citado por Gadotti (2000:58), resume assim a problemática da preservação: *queremos uma justiça social que combine com a justiça ecológica. Uma não existe sem a outra.*

Diante da realidade da extinção da vida no planeta Terra, os países começam a se reunir e organizar eventos mundiais para remediar a situação atual. Entre os muitos tratados e criação de leis, Primack (2002) cita a Lei das Espécies em Extinção que foi criada nos EUA em 1973. O único tratado internacional importante de proteção das espécies é a Convenção do Tratado Internacional de Espécies Ameaçadas - CITES firmada em 1973 em parceria com as Nações Unidas e que envolveu 120 países. No anexo I do tratado incluem-se cerca de 675 animais e plantas, cujo comércio é proibido, e no anexo II encontram-se cerca de 3.700 animais e 21.000 plantas em que o comércio internacional é regulado e monitorado. Entre os animais do anexo II está a baleia. Entre os acordos internacionais que protegem as espécies, estão: a Convenção sobre a Conservação dos Recursos Marinhos Vivos da Antártica, a Convenção Internacional para a Regulamentação da Pesca à Baleia, a Convenção Internacional para a Proteção das Aves. Como a participação nos tratados é voluntária, observa-se falha em seu cumprimento, a exemplo disto tem-se o abandono de alguns países da Comissão Internacional da

Pesca à Baleia por causa da proibição da caça ao mamífero marinho.

Primack (2002) enumera leis brasileiras de conservação de espécies e ecossistemas: a Lei de proteção à Fauna (lei 5.197 de 1967) foi um dos primeiros instrumentos legais de regularização da caça e do comércio, bem como, do uso de técnicas que maltratassem os animais. Código de Pesca (lei 7.643 de 1987) que proibiu a pesca de cetáceos nas águas brasileiras e em 1988 (lei 7.679) a pesca durante a piracema. Há também o Código Florestal (lei 4.771 de 1965), o qual não tem eficácia pois obriga a preservação de cobertura nativa em 20% das áreas rurais nas regiões sul, sudeste e centro-oeste. As Portarias do CONAMA (04 de 1985) e resoluções do IBAMA (439) trouxeram mais especificidade à legislação ambiental brasileira. O Decreto-Lei 1.413 de 1975 atribui à prevenção ou correção dos inconvenientes causados pela poluição. A Lei dos Agrotóxicos (7.802 de 1989) especifica a regulamentação sobre o uso do agrotóxico na agricultura.

Primack (2002) continua sua defesa, afirmando que a proteção e o manejo de espécies raras ou ameaçadas de extinção dependem, além de leis, do entendimento da relação biológica desta com o seu meio ambiente e a situação atual de sua população. Esta informação é chamada de história natural, auto-ecologia ou simplesmente ecologia das espécies. Tendo o conhecimento da história natural de uma espécie, é possível identificar os fatores que as colocam em risco de extinção. As categorias auto-ecológicas a serem consideradas num estudo de história natural, são: ambiente (tipos de habitat), distribuição (onde é encontrada, rota e tempo de migrações), interações bióticas (tipo de alimentação, competidores, predadores), morfologia (tamanho, forma, cor...), fisiologia (quantidade de alimento, água, minerais para sua sobrevivência bem como a situação climática), demografia (tamanho atual e pretérita da população), comportamento (acasalamento e reprodução entre a espécie, entre o homem e a espécie), genética (controle das características morfológicas e fisiológicas).

## 25 anos do Projeto Baleia Franca

Consideradas ameaçadas de desaparecer totalmente no início do século XX, as baleias francas foram declaradas sob proteção de tratados internacionais em 1937; o Brasil, no entanto, ignorou a proibição e somente em 1973 a última estação baleeira do sul do país fechou suas portas definitivamente (em Imbituba). As últimas baleias francas a serem mortas (ilegalmente) no Atlântico foram vítimas de frotas piratas, operadas pela extinta União Soviética em 1975.

Em 1982 foi criado o Projeto Baleia Franca, com a finalidade de monitorar a população remanescente de Baleias Francas no sul do Brasil, educar a população para a proteção

desta espécie ameaçada, propor e auxiliar as autoridades na adoção de medidas capazes de garantir sua recuperação numérica e sobrevivência a longo prazo. O Projeto Baleia Franca completou 25 anos de atividade em 2007, sendo hoje administrado pela Coalisão Internacional da Vida Silvestre - IWC/Brasil. Trabalha em cooperação com órgãos governamentais, instituições científicas e conservacionistas em diversos países, executando ações de pesquisa, monitoramento e conscientização ambiental. O Projeto mantém em sua sede: o Centro Nacional de Conservação da Baleia Franca (praia de Itapirubá), o Catálogo Brasileiro de Foto-Identificação Individual de Baleias Francas, cujas informações são compartilhadas com outros pesquisadores, de forma a ampliar os conhecimentos existentes sobre a espécie. Através de uma rede de voluntários, o Projeto acompanha as baleias em seus aparecimentos no litoral sul, visando obter informações sobre os hábitos da espécie, bem como prevenir perturbações as mesmas nos locais de ocorrência.

Somente em 1987 a caça à baleia foi definitivamente proibida por lei federal (7.643/87) em todo território nacional. Em 1995, reconhecendo a baleia como importante ponto histórico, ecológico e turístico, o Governo de Santa Catarina declarou o cetáceo como Monumento Natural do Estado.

Para proteger a principal área de concentração da Baleia Franca em águas brasileiras, bem como o ecossistema onde vive, o Projeto Baleia Franca propôs em 1999 a criação da APA da Baleia Franca. Esta foi a mais recente das muitas ações da equipe que atualmente compõe a Coalisão Internacional da Vida Silvestre – IWC/Brasil no campo das áreas protegidas. A IWC/Brasil atuou diretamente na criação de outros santuários marinhos como o Refúgio de Vida Silvestre da Ilha dos Lobos, a APA do Anhatomirim e o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, além de colaborar na declaração deste como Patrimônio Mundial pela UNESCO.

A Baleia Franca Austral vem atraindo grande atenção da mídia nacional e internacional, tanto pelo trabalho de preservação da espécie realizado pelo Projeto Baleia Franca desde 1982, como pelo enorme potencial que a espécie oferece como recurso turístico. No litoral centro-sul do Estado de Santa Catarina, um dos principais locais de reprodução desta que é a segunda espécie de baleia mais ameaçada de extinção no planeta, a Baleia Franca concentra-se durante os meses de julho a novembro, coincidindo em grande parte com um período de baixa temporada turística em que a volumosa infra-estrutura turística do litoral (hotéis, pousadas, restaurantes, etc.) está largamente subutilizada. Notável, ainda, é o fato de que aqui as Baleias Francas, acompanhadas de seus filhotes, podem ser vistas facilmente da terra, muitas vezes dos próprios hotéis, de vez que chegam a circular até 30 metros das praias, um

comportamento que mantém durante toda a temporada reprodutiva.

Ciente da necessidade de integrar a conservação da natureza aos processos de desenvolvimento econômico e social, o Projeto Baleia Franca incentiva o desenvolvimento do turismo de observação de baleias visando, principalmente, a observação de baleias Francas a partir de terra, atividade facilitada pelo hábito costeiro das Baleias Francas e pela fisionomia do litoral. Tal iniciativa possibilita a realização da avistagem sem a necessidade do uso de embarcações, atividade que potencialmente pode perturbar as baleias, sendo uma opção de turismo ecológico, não intrusivo, para as áreas de ocorrência da espécie no Brasil.

A Baleia Franca surge como uma importante alternativa para trazer turistas ao litoral catarinense no inverno, provendo dividendos econômicos diretos para as próprias comunidades costeiras que colaboram na preservação da espécie. Em setembro de 1998, através de Decreto Municipal, a Prefeitura de Imbituba fez o Tombamento da Armação de Sant'Ana, a estação baleeira de Imbituba, em cuja área estava instalado o *Barracão da Baleia*. No local, foi reconstruído o antigo barracão, transformado pelo Projeto Baleia Franca no Museu da Baleia de Imbituba. O Museu da Baleia resgata parte da história de Imbituba, quando as Baleias Francas eram caçadas. No Museu estão expostos equipamentos e instrumentos usados na caça à baleia. O Museu da Baleia, o primeiro do gênero na América Latina, é um dos equipamentos históricos e turísticos mais importantes do Brasil, que atrai turistas e pesquisadores do mundo inteiro.

## A Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca - APABF

A criação da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca - APABF foi idealizada pelo Projeto Baleia Franca, começando a vigorar por Decreto Federal em 14 de setembro de 2000. Sua área abrange 156.100 hectares e corresponde a cerca de 130 quilômetros do litoral catarinense (localizada entre o sul da ilha de Florianópolis, a localidade do Balneário Rincão, pertencente ao município de Içara); esta área compreende tanto a proteção das águas, seres marinhos, rios, lagos, dunas, praias, como a fauna e flora terrestre.

Na presente pesquisa, observou-se que na extremidade norte da APABF encontram-se o Costão do Matadeiro e a Praia da Armação. Do ponto de vista histórico, todas as localidades estudadas que levaram o nome “*armação*” tiveram atividades relacionadas à caça a baleia. Em função disto, torna-se indispensável a ampliação desta área com a inclusão do Costeiro do Matadeiro e da Praia da Armação na APA da Baleia Franca no litoral catarinense.

A administração da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca – APABF, conta com o auxílio de um Conselho Gestor composto por representantes de Instituições Governamentais e Associações de Usuários atuantes na região de abrangência. Acontecem reuniões trimestrais em que se discutem e apontam problemas, soluções e melhorias ao longo de toda a área da Unidade. As reuniões são marcadas previamente e repassados a data e local aos membros participantes.

## Conclusões

A compreensão das memórias dos ex-trabalhadores da caça à Baleia Franca levou a momentos de tristeza e de insatisfação quanto ao sofrimento infligido às baleias, porém também se observou que para os caçadores em alto-mar a atividade da caça era considerada um *esporte*, uma vez que os salários recebidos não eram nada compensadores se comparado com os riscos que sofriam aos que trabalhavam no corte, afinal quem recebia a quase totalidade do lucro eram os empresários que vendiam o produto final (o óleo) para as mais diversas localidades.

O movimento de preservação destes cetáceos nos municípios de Imbituba e Garopaba, segundo os entrevistados *in loco* bem como as narrativas retiradas do acervo audiovisual do Projeto Baleia Franca, foi evidenciado na sua relevância diante dos ganhos econômicos trazidos com o turismo bem como a consciência ambiental da vida das baleias para a cultura local.

O turismo responsável, ou o eco-turismo baseado em estudos científicos, somado com políticas reais de preservação só faz com que obviamente se desenvolva o senso de preservação de toda população. Em vista das necessidades primordiais das comunidades costeiras, é necessário ampliar os estudos sobre esta temática e que a mesma seja incluída com maior enfoque desde as séries iniciais nas escolas para legitimar a importância e o cuidado com o meio ambiente e os seres vivos do município e região. Estes grandes e inestimáveis patrimônios vivos têm o direito de nadar e saltar livremente em águas seguras. É obrigação do governo em todas as esferas de atuação defendê-las contra novas ameaças, que interferem direta ou indiretamente na sua preservação, tais como: a poluição dos oceanos destacando o aquecimento global, a diminuição de sua principal fonte de alimento, o desvio de suas rotas migratórias e a caça ilegal que ignora os atuais tratados internacionais de preservação ambiental.

Portanto, os entrevistados mostraram-se conscientes sobre a mudança de comportamento em relação à caça da baleia, sendo que a preservação evidenciou-se em todas as entrevistas. As palavras responsáveis construídas a partir de suas vivências em torno da caça e a interface ambiente,

turismo e o resgate histórico remetem à integração do conhecimento da história ambiental frente ao estudo da Baleia Franca em Imbituba e Garopaba, Santa Catarina.

## Agradecimentos

Aos entrevistados de Garopaba Adílio Inácio de Abreu e Rubens Alexandrino pela simplicidade e acolhida. Aos profissionais: Maria Elizabeth Carvalho da Rocha (APABF), Fernando Bitencourt (escritor), Karina R. Groch e José Truda Palazzo Junior (Projeto Baleia Franca). Aos professores de banca de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso Msc. Rodrigo Lavina e Dr. João Henrique Zanelatto por suas contribuições. Aos integrantes do Fórum da Agenda 21 Local de Ibiraquera. À UNESCO representada no curso de História seus docentes e discentes, companheiros de uma jornada.

## Referências

- BITTENCOURT, F. 2005. Armações baleeiras da costa Basca a Garopaba. Garopaba: São Joaquim de Garopaba.
- BRASIL. 2005. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
- BRASIL. 1996. Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996. Ministério da Saúde.
- CABRAL, A; NICK, E. 1989. Dicionário técnico de psicologia. 13 ed. São Paulo: Cultrix.
- CÂMARA, M.R. 2001. O turismo no litoral de Santa Catarina: tensões, conflitos e reorganização espacial. 2001. Dissertação de Mestrado. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina. 150p.
- CARUSO, M.M.L.; CARUSO, R.C. 1996. Mares, longínquos povos dos Açores. Florianópolis: Agnus.
- CHEVALIER, J. 2005. Dicionário dos símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 19 ed. Rio de Janeiro: José Olympio.
- DIEGUES, A.C. 2000. Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica. São Paulo: NUPAUB – USP.
- FARIAS, V.F. 2000. Dos Açores ao Brasil meridional: uma viagem no tempo: 500 anos, litoral catarinense. 2 ed. Florianópolis: Ed. Do autor.
- GADOTTI, M. 2000. Pedagogia da terra. 2 ed. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis.
- MARTINS, M.O. 1979. Imbituba história e desenvolvimento. Criciúma: Ed. Ribeiro.

MINAYO, S.F. 2002. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21ª ed. Petrópolis: Vozes.

MOSQUERA, J.J.M. 1984. Psicodinâmica do aprender. 3 ed. Porto Alegre: Sulina.

MUSEU DA BALEIA FRANCA DE IMBITUBA - SC. Projeto Baleia Franca, José Truda Palazzo Junior. Imbituba - SC, 2000, DVD, 48' 56"

NEU, M.F.R. 2003. Porto de Imbituba: de armação baleeira a porto carbonífero. Tubarão: Ed. Unisul.

PRIMACK, R.B. 2002. Biologia da conservação. Londrina: E. Rodrigues.

Artigo recebido: 12/5/2008

Artigo aceito: 22/7/2008

